



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS  
**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM**



**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA N.º  
01/AIM/2025**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE MICROSOFT PARA A LOJA DO  
CIDADÃO DA MADEIRA**

**CADERNO DE ENCARGOS**

Aprovado por unanimidade por  
deliberação do Conselho  
Diretivo de 09.07.2025





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS  
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Cláusula 1.<sup>a</sup>**

**Objeto**

1. O presente Caderno de Encargos contém as cláusulas respeitantes ao contrato de **“Aquisição de Serviços de Licenciamento de Software Microsoft para a Loja do Cidadão da Madeira”**, de acordo com as Especificações Técnicas constantes do **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, e que dele fazem parte integrante.
2. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos contratos públicos, adotada pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 05 de novembro de 2002, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), o objeto do presente procedimento tem a seguinte classificação 72268000-1 Serviços de fornecimento de software.

**Cláusula 2.<sup>a</sup>**

**Disposições por que se rege o Contrato**

A execução do Contrato obedece:

- a) Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
- b) Subsidiariamente, ao CCP, na sua redação atual;
- c) À restante legislação e regulamentação aplicável, em particular a que respeita ao acesso, tratamento e transferência de dados pessoais e de bases de dados; e
- d) Às regras da arte.

**Cláusula 3.<sup>a</sup>**

**Contrato**

1. O Contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual.
2. O Contrato integra os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS**  
**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM**

decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP;

- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos e os seus anexos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo cocontratante.
3. Em caso de divergência entre os vários documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do Contrato prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos pela AIM, IP-RAM, de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP, e aceites pelo Cocontratante, que prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 2 da presente cláusula.
5. Em caso de divergência entre as Especificações Técnicas constantes do Anexo I ao Caderno de Encargos e o presente Caderno de Encargos, prevalece este último relativamente aos aspetos da execução do Contrato suscetíveis de impactarem juridicamente a relação contratual.

**Cláusula 4.ª**

**Entrada em vigor e duração do Contrato**

- 1. O Contrato entra em vigor na data da sua celebração e finda no dia **30 de junho de 2028**.
- 2. A celebração do contrato deve ser publicitada no portal dos contratos públicos [www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt) e no Jornal Oficial da União Europeia, conforme resulta dos artigos 465.º e n.º 1 do artigo 78.º do CCP.

**CAPÍTULO II**

**OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE**

**SECÇÃO I**

**OBRIGAÇÕES GERAIS**





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS  
**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM**

**Cláusula 5.<sup>a</sup>**

**Obrigações principais**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, o Cocontratante obriga-se a:

- a) Assegurar a boa execução do Contrato, de modo a garantir a execução de todas as prestações contratuais de acordo com as Especificações Técnicas constantes do Anexo I ao presente Caderno de Encargos e com a proposta adjudicada, desenvolvendo todas as atividades, ainda que complementares ou acessórias, destinadas a assegurar tal execução;
- b) Assegurar a garantia técnica do *Software Microsoft*, conforme aplicável, de modo a garantir a correta utilização durante toda a vigência do Contrato, em conformidade com o previsto no presente Caderno de Encargos, nas Especificações Técnicas constantes do Anexo I ao presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, assim como com a legislação e regulamentação aplicáveis;
- c) Prestar todas as garantias inerentes à prestação de serviços de licenciamento Microsoft;
- d) Prestar de forma correta e adequada todos os esclarecimentos que forem solicitados pela AIM, IP-RAM, e que esta considere necessários à correta e plena fruição dos serviços;
- e) Comunicar à AIM, IP-RAM, com a devida antecedência, quaisquer factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de quaisquer obrigações;
- f) Obter e manter em vigor, quando aplicável, quaisquer autorizações, aprovações, registos, licenciamento ou autorizações de utilização de marcas registadas, patentes ou licenças (seja de utilização, de exploração ou outras) que o Cocontratante deva requerer nos termos da lei e da regulamentação aplicáveis ou que se mostrem necessárias ao bom e correto cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato;
- g) Comunicar à AIM, IP-RAM, qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato e que altere designadamente, a denominação social, representantes legais, situação jurídica e situação comercial do Cocontratante ou dos seus subcontratados.

**Cláusula 6.<sup>a</sup>**

**Obrigações acessórias**

1. Quaisquer obrigações diretamente relacionadas com o objeto do presente Contrato que não estejam especialmente previstas e que venham a revelar-se necessárias para efeitos da sua normal e perfeita





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS**  
**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM**

execução, consideram-se prestações acessórias.

2. O Cocontratante obriga-se a executar todos os serviços que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como acessórios, designadamente a:
  - a) Recorrer a todos os meios humanos, materiais, informáticos e outros que sejam necessários e adequados à execução de todas as prestações objeto do Contrato;
  - b) Cumprir todas as obrigações legais e regulamentares respeitantes aos seus trabalhadores, nomeadamente laborais e de segurança social, assegurando a segurança de todas as pessoas afetas às prestações objeto do Contrato, incluindo os subcontratados, comprometendo-se obrigatoriamente a cumprir com o disposto no artigo 419.º-A do CCP;
  - c) Cumprir com todas as obrigações em sede de Dados Pessoais ao abrigo do RGPD, demais legislação nacional e regulamentação aplicável, e que lhe sejam cometidas em resultado da prestação dos Serviços de acordo com o previsto no presente Caderno de Encargos, nas Especificações Técnicas constantes do Anexo I ao presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada.
3. O preço a pagar pela execução do presente Contrato e pelo cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes inclui o preço das prestações a realizar pelo Cocontratante em virtude das obrigações acessórias previstas no número anterior e a sua realização não dará lugar a qualquer pagamento adicional a realizar pela AIM, IP-RAM.

**Cláusula 7.ª**

**Outros encargos do Cocontratante**

1. Todas as despesas e encargos que o Cocontratante tenha de incorrer para o cumprimento das obrigações que emergem do Contrato são da sua exclusiva responsabilidade, não podendo ser os mesmos reclamados à AIM, IP-RAM, a menos que outro regime decorra da lei.
2. O disposto no número anterior aplica-se igualmente à obtenção ou utilização de quaisquer autorizações e aprovações, registos, licenciamento ou autorizações de utilização de marcas registadas, patentes ou licenças (seja de utilização, de exploração ou outras), que o Cocontratante deva requerer nos termos da lei e regulamentação aplicáveis ou que se mostrem necessárias ao bom e correto cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, e ao pagamento de quaisquer emolumentos devidos para cumprimento das obrigações que emergem do Contrato.





## REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

### SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

#### AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

3. O Cocontratante é ainda responsável, designadamente, por quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à celebração e execução do Contrato em Portugal, ou nos territórios do país ou países do Cocontratante ou dos seus subcontratados, e de transporte, incluindo o pagamento do imposto sobre o rendimento de pessoas singulares ou coletivas a que possam estar sujeitos os seus representantes, em Portugal.
4. Caso a AIM, IP-RAM, venha a ser demandada por ter infringido, na execução do Contrato, qualquer dos direitos ou obrigações mencionadas na presente Cláusula, o Cocontratante indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.
5. Caso venha a ser demandada em qualquer ação judicial ou procedimento administrativo, a AIM, IP-RAM deve, em prazo razoável, notificar desse facto o Cocontratante, para que este, na medida em que tal for solicitado pela AIM, IP-RAM, possa intervir no processo ou auxiliar na preparação de contestação ou defesa relativamente à ação judicial ou procedimento administrativo em causa.
6. Para efeitos do número anterior, em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, do disposto no n.º 2 da presente Cláusula, o Cocontratante obriga-se, na medida em que tal for solicitado pela AIM, IP-RAM, nomeadamente a:
  - a) intervir no processo e/ou auxiliar a preparação da contestação ou defesa da ação judicial ou procedimento administrativo em causa, por forma a permitir à AIM, IP-RAM o uso irrestrito dos Serviços em causa;
  - b) substituir ou modificar os Serviços em causa de maneira a anular ou eliminar qualquer violação de direitos ou interesses protegidos de terceiros.
7. O Cocontratante é responsável por todas as despesas ou encargos que decorram do cumprimento das obrigações previstas no número anterior.
8. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o Cocontratante é responsável por todos os custos e encargos emergentes de eventual defesa em ação judicial ou procedimento administrativo de que a AIM, IP-RAM venha a ser demandada nos termos da presente Cláusula.
9. Caso a AIM, IP-RAM seja condenada em ação judicial ou em procedimento administrativo por decisão que reconheça a violação, uso ou exploração da propriedade intelectual de terceiros de bens e/ou serviços relacionados a execução do presente Contrato, o Cocontratante está obrigado a indemnizar a AIM, IP-RAM no prazo de 90 (noventa) dias a contar do trânsito em julgado da sentença condenatória ou do termo do procedimento administrativo.





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS**  
**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM**

**SECÇÃO II**  
**OBRIGAÇÕES DA AIM, IP-RAM**

**Cláusula 8.<sup>a</sup>**

**Preço contratual**

1. Pela execução do Contrato e pelo cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes, a AIM, IP-RAM obriga-se a pagar ao Cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, **o qual não pode, sob pena de exclusão, ser superior a 260.707,80 € (Duzentos e sessenta mil, setecentos e sete euros e oitenta cêntimos)**, que se constitui como preço base, para efeitos do artigo 47.º do CCP, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se aplicável.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à AIM, IP-RAM, nomeadamente os relativos a despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, seguros, bem como por quaisquer encargos decorrentes da utilização de Direitos de Propriedade Intelectual e Industrial em resultado da execução dos Serviços no âmbito do Contrato.
3. Todos os serviços ou outros encargos não expressamente indicados, mas que se revelem necessários ao cumprimento integral do Contrato, são considerados como trabalhos preparatórios e acessórios, considerando-se o seu custo implicitamente incluído no preço global do Contrato (incluindo o custo de eventuais autorizações, licenças, licenciamentos e atualizações relacionados com esses serviços), exceto aqueles que forem ordenados pela AIM, IP-RAM, ao Cocontratante a título de prestações complementares.
4. A AIM, IP-RAM, pode deduzir ao preço devido ao Cocontratante quaisquer quantias que lhe sejam devidas por este, nomeadamente os créditos resultantes da aplicação de sanções contratuais pecuniárias previstas no presente Caderno de Encargos, a título de compensação.
5. Durante a vigência do contrato não há lugar à revisão de preços.

**Cláusula 9.<sup>a</sup>**

**Condições de faturação e pagamento**

1. As quantias devidas pela AIM, IP-RAM, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção pela mesma das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas no início do ano a que corresponde o licenciamento.





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS**  
**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM**

2. O Cocontratante deve emitir as faturas em formato eletrónico, nos termos previstos no artigo 299.º-B do CCP.
3. Para efeitos de faturação eletrónica (EDI), a solução adotada pela entidade adjudicante é o *Ilink Digital Sharing*, acessível em <https://www.ilink.pt> da empresa “ACIN iCloud Solutions”, sendo através da mesma que todas as faturas devem ser encaminhadas pelo Cocontratante.
4. As faturas devem fazer menção ao número do Contrato e ao número do documento de compromisso correspondentes, sob pena de devolução.
5. Em caso de discordância por parte da AIM, IP-RAM quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar, por escrito, ao Cocontratante, os respetivos fundamentos, ficando este último obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. Desde que devidamente emitida e observado o disposto nos números anteriores, a fatura será paga através de transferência bancária para o Número de Identificação Bancária Internacional (IBAN) indicado pelo Cocontratante.
7. O não pagamento dos valores contestados pela AIM, IP-RAM não suspende ou prejudica o cumprimento pelo Cocontratante das suas obrigações contratuais, devendo, no entanto, a AIM, IP-RAM proceder ao pagamento da importância não contestada.
8. No caso de suspensão da execução do Contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante serão automaticamente suspensos por igual período.
9. A AIM, IP-RAM pode compensar os créditos de que seja titular a qualquer título sobre o Cocontratante no âmbito do Contrato, nomeadamente em virtude da aplicação de sanções contratuais, com quaisquer obrigações contratuais de pagamento que tenha para com o mesmo.

**CAPÍTULO III**  
**OBRIGAÇÕES GERAIS**

**Cláusula 10.ª**

**Dever de sigilo**

1. O Cocontratante obriga-se a guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica ou não técnica, comercial ou outra, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do Contrato.
2. O Cocontratante garante ainda o cumprimento da obrigação prevista no número anterior pelos seus trabalhadores, colaboradores e subcontratados (na medida que sejam autorizados).







## REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

3. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do Contrato.
4. Até ao termo final do prazo contratual, o Cocontratante obriga-se ainda a remover e destruir todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados, informações ou documentação de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do Contrato.
5. Exclui-se do dever de sigilo a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
6. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do Contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

### Cláusula 11.<sup>a</sup>

#### Proteção de dados pessoais

1. O adjudicatário compromete-se a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, designadamente:
  - a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
  - b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
  - c) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
  - d) Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental





## REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

### SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

#### AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;

**e)** Prestar à entidade adjudicante toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;

**f)** Manter a entidade adjudicante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;

**g)** Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao adjudicatário, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o adjudicatário e o referido colaborador;

**h)** Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;

**i)** Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por esta ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;

**j)** Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;

**k)** Prestar a assistência necessária à entidade adjudicante no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;

**l)** Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no artigo 33.º do RGPD.





## REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

2. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

### Cláusula 12.<sup>a</sup>

#### **Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do Contrato**

1. A execução do Contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do Contrato designado pela AIM, IP-RAM. A gestora do contrato é Sofia Jesus, Assistente Técnica da Unidade de Apoio à Loja do Cidadão que, nas suas ausências e impedimentos, será substituída por Carla Vieira, Coordenadora Técnica da Unidade de Apoio Jurídico, de Recursos Humanos e de Contratação Pública.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do Contrato pelo Cocontratante.
3. Caso o gestor do Contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do Contrato, comunicá-los, de imediato, ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas e/ou necessárias à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do Contrato não prejudica a responsabilidade do Cocontratante pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.
5. O gestor de contrato além de acompanhar a execução do presente contrato, deve verificar o cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados na Região Autónoma da Madeira, conforme artigos 7.º-A e 8.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação (CCP adaptado à RAM).
6. Ao abrigo do n.º 4 do artigo 290.º-A do CCP, fica delegada no Gestor do Contrato a competência para a adoção das medidas necessárias à correção de desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, salvo em matéria de modificação e cessação do contrato.
7. Conforme determinado pelo n.º 1 do art.º 7.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto (Republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2018/M, de 15 de março, e alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 12/2018/M, de 6 de agosto, e 1-A/2020/M, de 31 de janeiro), que adapta o CCP à RAM, e sem prejuízo do disposto no seu n.º 5, durante o prazo de vigência do contrato, incluindo quaisquer prorrogações do prazo de execução, o cocontratante e, caso existam, os subcontratados devem





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS**  
**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM**

proceder à entrega ao gestor do contrato dos documentos identificados na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º, do mesmo diploma.

8. Os documentos referidos no número anterior devem ser apresentados até ao termo da prestação do serviço, devendo ser entregues em simultâneo com o pedido de pagamento.

**CAPÍTULO IV**  
**VICISSITUDES CONTRATUAIS**

**Cláusula 13.ª**

**Subcontratação e cessão da posição contratual do Cocontratante**

1. É admitida a subcontratação e a cessão da posição contratual pelo Cocontratante nos termos e nas condições previstas nos artigos 316.º a 321.º-A do CCP, mediante autorização prévia da AIM, IP-RAM.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar à AIM, IP-RAM, uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.
3. A AIM, IP-RAM pronuncia-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, a AIM, IP-RAM não se pronunciar expressamente sobre o mesmo.

**Cláusula 14.ª**

**Sanções por incumprimento do Contrato**

1. Sem prejuízo da possibilidade de resolver o Contrato por incumprimento das obrigações emergentes do Contrato imputável ao Cocontratante, a AIM, IP-RAM pode aplicar sanções contratuais pecuniárias, nos seguintes termos:
  - a) Pelo atraso no cumprimento do prazo de início da prestação de serviço uma sanção de 250,00 € (Duzentos e cinquenta euros), por cada dia de atraso;
  - b) Pelo incumprimento de qualquer outra obrigação prevista no presente Caderno de Encargos, uma sanção de até 5% do preço contratual, a fixar em função da gravidade do incumprimento, tendo em conta, designadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Cocontratante e as consequências do incumprimento.
2. O valor acumulado das penalidades a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% do preço





## REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

contratual.

3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e a AIM, IP-RAM, decida não proceder à resolução do Contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
4. As sanções contratuais aplicáveis são apuradas pela AIM, IP-RAM, e a sua aplicação é precedida de notificação ao Cocontratante para que este se pronuncie, em sede de audiência prévia, no prazo de 10 (dez) dias, sobre os factos subjacentes a essa aplicação.
5. Recebida a resposta à audiência prévia, a AIM, IP-RAM decide sobre a aplicação das sanções contratuais em causa, notificando o Cocontratante dessa decisão, por escrito.
6. As sanções contratuais são pagas pelo Cocontratante no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão prevista no número anterior.
7. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o valor das sanções contratuais aplicada ao Cocontratante podem ser descontadas, por compensação, no preço a pagar posteriormente pela AIM, IP-RAM;
8. A aplicação das sanções pecuniárias previstas nos números anteriores não prejudica qualquer direito de indemnização, legal ou contratualmente fixado a favor da AIM, IP-RAM, incluindo indemnização pelo dano excedente.
9. Verificando-se uma situação de incumprimento por facto imputável ao adjudicatário considera-se haver incumprimento definitivo quando, após duas advertências, este continue a incorrer em incumprimento.
10. Em caso de incumprimento definitivo pelo cocontratante das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 290.º-A, da alínea f) do artigo 302.º e artigo 318.º-A do CCP, o contraente público reserva-se o direito de determinar que este ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, pela ordem sequencial do procedimento.
11. De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 318.º-A do CCP, a cessão da posição contratual referida no ponto anterior opera por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por ele indicada.

### Cláusula 15.ª

#### Resolução do Contrato por parte da AIM, IP-RAM

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS  
**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM**

lhe incumbem, designadamente:

- a) Pela recusa expressa no pagamento das penalidades previstas na Cláusula 14.<sup>a</sup>;
- b) Pela recusa da prestação de serviços nos termos contratados;
- c) O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

**Cláusula 16.<sup>a</sup>**

**Resolução do Contrato por parte do Cocontratante**

- 1. O Cocontratante pode resolver o Contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
- 2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do CCP, o direito de resolução é exercido por via judicial.
- 3. A resolução do Contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do Contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

**Cláusula 17.<sup>a</sup>**

**Força maior**

- 1. Não podem ser impostas penalidades ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;





## REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

### SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

#### AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.
6. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, autoriza a AIM, IP-RAM a resolver o contrato ao abrigo do n.º 1 do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o Cocontratante direito a qualquer indemnização.

## CAPÍTULO VI

### DISPOSIÇÕES FINAIS

#### Cláusula 18.<sup>a</sup>

##### Modificações contratuais

1. Nos termos do disposto na alínea a) do artigo 312.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato pode ser modificado por acordo entre as partes, com fundamento na necessidade de realizar retificações de manifestos lapsos, omissões que não digam respeito a modificações objetivas do contrato, modificações que digam respeito à clarificação de Cláusulas do Caderno de Encargos ou do Contrato decorrentes da necessidade de efetuar pequenas adaptações à forma de prestar os serviços.
2. Podem ainda ser efetuadas alterações relativas ao prazo e forma de pagamento.
3. As adaptações a que se referem os números anteriores não podem alterar substancialmente o objeto do contrato, aumentar ou diminuir o mesmo, nem alterar as disposições fixadas nas Cláusulas Técnicas do Anexo I ao presente Caderno de Encargos.





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS  
**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM**

**Cláusula 19.<sup>a</sup>**

**Deveres de informação**

1. Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com as regras gerais de boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do Contrato.

**Cláusula 20.<sup>a</sup>**

**Comunicações e Notificações**

1. As notificações e comunicações entre as Partes do Contrato devem ser escritas e redigidas em português, sendo efetuadas por carta registada com aviso de receção ou correio eletrónico, para os seguintes contatos:

**AIM, IP-RAM:**

- Gestor do Contrato: Sofia Jesus
- Morada: Av. Arriaga, 42-B, 3.º andar, S.3.2, Edifício Arriaga
- Telefone n.º 291 212 222
- Correio eletrónico: aim@madeira.gov.pt

**Cocontratante:**

- [identificação da entidade no contrato]
  - [identificação da pessoa de contacto no contrato]
  - Morada: \_\_\_\_\_[identificação no contrato]
  - Telefone n.º \_\_\_\_\_[identificação no contrato]
  - Correio eletrónico \_\_\_\_\_[identificação no contrato]
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
  3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.







**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
**SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS**  
**AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM**

4. Para efeitos de realização da citação no âmbito de ação judicial destinada ao cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes do presente Contrato, são convencionadas as moradas indicadas no n.º 1 do presente artigo.
5. A alteração das moradas indicadas no n.º 1 do presente artigo deve ser comunicada à outra Parte, por carta registada com aviso de receção, nos 30 (trinta) dias subsequentes à respetiva alteração.

**Cláusula 21.<sup>a</sup>**

**Reprodução de documentação**

Nenhum documento ou dado a que o Cocontratante tenha acesso, direta ou indiretamente, no âmbito da execução do Contrato pode ser reproduzido sem autorização expressa da AIM, IP-RAM, salvo nas situações previstas no presente Caderno de Encargos.

**Cláusula 22.<sup>a</sup>**

**Regime Jurídico e Foro**

1. A lei aplicável é a portuguesa, com renúncia expressa a qualquer outra.
2. Na execução do Contrato observar-se-ão as respetivas Cláusulas, bem como o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante.
3. Subsidiariamente, aplica-se à execução ao presente Contrato o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP).
4. Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

**ANEXO I****Especificações Técnicas**

			EAS - M365 E3		
Licenças Microsoft	Part Number	Item	Qtd	Valor unitário	Valor total
		Perfil 1			
	AAA-10756	M365 E3 Original Existing Customer Sub Per User	170		
	KF5-00002	Defender O365 P1 Sub Per User	170		
		Perfil 3			
	AAA-28605	M365 E5 Original Existing Customer Sub Per User	5		
		Perfil 4			
	T6A-00024	O365 E1 Existing Customer Sub Per User	75		

**NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 49.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP):**

- TODAS AS REFERÊNCIAS A NORMAS/HOMOLOGAÇÕES E A ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS NAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO DEVEM SER CONSIDERADAS, PARA OS DEVIDOS EFEITOS, ACOMPANHADAS DA MENÇÃO «OU EQUIVALENTE»;**
- TODAS AS INDICAÇÕES A MARCAS COMERCIAIS OU INDUSTRIAIS DE PATENTES OU MODELOS PRESENTES NAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO DEVEM SER CONSIDERADAS, PARA OS DEVIDOS EFEITOS, ACOMPANHADAS DA MENÇÃO «OU EQUIVALENTE».**

